

COMUNICAR CIÊNCIA NA REDE ALIMENTAR CIDADES SUSTENTÁVEIS: N.º 7

TITULO ARTIGO: A questão alimentar em Portugal: (des)encontros entre políticas públicas, alternativas alimentares cidadãs e a agricultura familiar

Autor(s) do artigo: Rita Calvário e Irina Castro

Afiliação do autor (s): Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra

Link para o artigo: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n244_a06.pdf

1. QUAL A TEMÁTICA ABORDADA E PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Este artigo analisa como tem evoluído a questão alimentar em Portugal e discute alguns dos desafios que se colocam a uma transição justa dos sistemas alimentares a partir do estudo das (i) políticas públicas em torno da alimentação, (ii) iniciativas alimentares cidadãs e locais e (iii) propostas do setor organizado da agricultura familiar. As políticas públicas têm acompanhado a tendência europeia de integração da agricultura na política alimentar, considerando a múltiplas funções do sistema alimentar desde o prado ao prato (ambiente, saúde pública, desenvolvimento rural, etc.). A política alimentar assume preocupações crescentes com os grupos vulneráveis e o acesso mais equitativo à alimentação saudável, a par do desenho de instrumentos de governança multi-atores, mas falta-lhe uma perspetiva sistémica que dê prioridade à luta contra a pobreza e às desigualdades sociais. A recente valorização da agricultura familiar continua a ignorar as suas funções alimentares e a política agrícola falha no apoio ao desenvolvimento dos sistemas agrícolas que melhor conciliam fins nutricionais, ambientais e de desenvolvimento rural. O aliar do combate à pobreza com o apoio das agriculturas familiares tem sido o mote da advocacia cidadã pelo direito à alimentação adequada. Porém, parte das iniciativas alimentares cidadãs e locais presta pouca atenção ao tema da insegurança alimentar, aos grupos vulneráveis e à mudança das políticas que têm marginalizado as agriculturas familiares. O setor organizado da agricultura familiar tem conjugado apelos por uma maior justiça socioeconómica no setor a uma maior democratização do sistema alimentar. A ainda pouca atenção dada à temática ambiental e a outros aspetos de injustiça no setor (divisão sexual do trabalho e desigualdades de género, sobre-exploração de trabalho migrante, etc.) é um potencial fator de distanciamento entre as agriculturas familiares e as iniciativas cidadãs e locais. Conclui-se que há um amplo interesse no país pela questão da transição alimentar, mas que existem abordagens distintas e provavelmente inconciliáveis entre decisores políticos, iniciativas alimentares alternativas e setor organizado da agricultura familiar. Sugere-se que alargar e aprofundar o debate adotando uma perspetiva de justiça socioambiental, ainda muito ausente nas várias abordagens, poderá potenciar aproximações e convergências para avançar nas mudanças desejadas.

2. A QUE ATORES DO SISTEMA ALIMENTAR A TEMÁTICA PODE SER ÚTIL?

Decisores políticos, autarquias, ativistas e ONG, académicos e estudantes, organizações de agricultura.

3. DE QUE MODO A TEMÁTICA PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS?

O artigo assinala que a política pública tem ainda um longo caminho a percorrer na transição para sistemas agroalimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, designadamente na valorização das funções produtivas/alimentares das agriculturas familiares, na promoção de sistemas agrícolas interessantes do ponto de vista nutricional, ambiental e socio-territorial, no combate à pobreza e às desigualdades sociais para além da inclusão e do foco nos grupos vulneráveis e na atenção às principais preocupações expressas pelas iniciativas cidadãs e locais e pelo setor organizado da agricultura familiar.